



ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO

Agricultural reform settlements: spaces of resistance of cearense peasants

Asentamientos de la reforma agrícola: espacios de resistencia del campesinado cearense

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.963>

Aldiva Sales Diniz¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 17 de junho de 2023

Aceito em 23 de agosto de 2023

Publicado em 13 de setembro de 2023

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os Assentamentos de Reforma Agrária, frutos da luta pela terra e como estes se constituem como território da resistência dos camponeses. A luta pela terra não é somente uma forma de expor a situação de exclusão do camponês, mas um modo de resistência aos processos de expropriação e exclusão do acesso à terra. É evidente que não basta somente a conquista da terra, mas os camponeses podem usá-la como base de uma luta que venha desarticular a acumulação capitalista, refletida na própria concentração fundiária. A conquista da terra, na instalação do assentamento, significa a continuidade da luta pois, com a sua conquista as lutas não terminam, desdobram-se em outras. Podemos afirmar que os assentamentos são espaços da resistência, onde se organiza o território da expansão da agricultura camponesa, baseada no trabalho da família. Neles, estão sendo semeadas a utopia camponesa, o acesso à terra, a liberdade de trabalhar, bem como, a necessidade da reprodução da família, que se resume na conquista da terra. Isso é uma particularidade do camponês enquanto identidade: para ele não se pensa a terra sem se pensar a família e o trabalho. O trabalho, a família e a terra são valores que remetem a uma moral e, ao mesmo tempo, são categorias indissociáveis.

Palavras- Chave: Assentamentos de Reforma Agrária; Resistência; Território Camponês.

SUMMARY

The purpose of this article is to analyze the Agrarian Reform Settlements, fruits of the struggle for land and how they constitute themselves as a territory of peasant resistance. The struggle for land is not only a way of exposing the situation of peasant exclusion, but a way of resisting the processes of expropriation and exclusion of access to land. It is evident that just conquering land is not enough, but peasants can use it as the basis of a struggle that will

¹ Professora do curso de Geografia e do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Email: aldiva_sales@uvanet.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9680-4617>

dismantle capitalist accumulation, reflected in land concentration itself. The conquest of the land, in the installation of the settlement, means the continuity of the struggle, because with its conquest the struggles do not end, they unfold in others. We can say that the settlements are spaces of resistance, where the territory for the expansion of peasant agriculture is organized, based on family work. In them, the peasant utopia is being sown, access to land, freedom to work, as well as the need for family reproduction, which boils down to the conquest of land. This is a peculiarity of the peasant as an identity: for him, one cannot think about the land without thinking about family and work. Work, family and land are values that refer to a morality and, at the same time, are inseparable categories.

Keywords: Agrarian Reform Settlements; Resistance; Peasant Territory.

RESUMEN

El propósito de este artículo es analizar los Asentamientos de la Reforma Agraria, frutos de la lucha por la tierra y cómo se constituyen como territorio de resistencia campesina. La lucha por la tierra no es solo una forma de denunciar la situación de exclusión campesina, sino una forma de resistir a los procesos de expropiación y exclusión del acceso a la tierra. Es evidente que la conquista de la tierra no es suficiente, pero los campesinos pueden usarla como base de una lucha que desmantele la acumulación capitalista, reflejada en la concentración de la tierra misma. La conquista de la tierra, en la instalación del asentamiento, significa la continuidad de la lucha, porque con su conquista las luchas no terminan, se despliegan en otras. Podemos decir que los asentamientos son espacios de resistencia, donde se organiza el territorio para la expansión de la agricultura campesina, a partir del trabajo familiar. En ellos se está sembrando la utopía campesina, el acceso a la tierra, la libertad para el trabajo, así como la necesidad de la reproducción familiar, que se reduce a la conquista de la tierra. Esta es una peculiaridad del campesino como identidad: para él, no se puede pensar en la tierra sin pensar en la familia y el trabajo. Trabajo, familia y tierra son valores que remiten a una moral y, al mismo tiempo, son categorías inseparables.

Palabras clave: Asentamientos de la Reforma Agraria; Resistencia; Territorio Campesino.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os Assentamentos de Reforma Agrária frutos da luta e resistência do campesinato no interior do Ceará. Entender como estes que viviam em uma relação de trabalho análoga a condição de escravos, resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários.

Neste caso, entende-se a luta desses camponeses como uma luta política, posto que reside no confronto de classes: de um lado, o latifundiário, pouco afeito a mudanças que alterem sua situação, enquanto classe dominante; de outro lado, a classe camponesa, que tenta fazer valer seus interesses, frente às condições de dominação a que eram submetidos, como mostra Martins (1990):

A classe dominante busca conservar em suas mãos os meios de produção, o poder bem como intensificar a exploração do trabalho [...] A classe dominada, por sua vez, luta por maior apropriação dos resultados do seu trabalho, pela libertação do domínio dos exploradores [...]. (p. 6).

Neste sentido, na medida em que estas classes antagônicas tentam fazer valer seus interesses de classe, encontramos a ampliação do elemento político presente nessas lutas,

pois a luta pela terra, embora, aparentemente, seja apenas uma luta por melhores condições de sobrevivência, é essencialmente política, posto que a resistência e a luta pela posse da terra são dimensões as práticas da negação dessas situações a que os camponeses estavam submetidos.

Concordamos com Barbosa (1990), quando afirmou que, nessa luta, estava em jogo, “a luta pela reprodução de uma condição de vida assentada na autonomia, no controle e na administração do trabalho e do fruto do trabalho, como parte dos valores que compõem a ‘constelação de significados’ da condição camponesa” (p. 28), configurando, assim, a luta pela reprodução e manutenção da classe camponesa. Os camponeses resistem, criam estratégias para não se proletarizarem e, assim, resistem à imposição do capital.

Esta luta, considerada como expressão de relações sociais contraditórias, traz à luz o fato de o Estado ter mediado relações antagônicas de classe existentes em seu seio, através de intervenções que visam apenas conter o avanço das tensões sociais no campo.

Analisamos aqui os assentamentos oriundos da mobilização dos moradores de condição que, ao serem expulsos, resistiram e tornaram-se assentados na terra em que já viviam e trabalhavam, bem como, os assentamentos que resultaram das ocupações de terra, a partir da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), buscando justapor as trajetórias de luta, no interior do Ceará.

Dessa forma, temos a possibilidade de compreender como os camponeses conseguiram fazer o caminho de volta para a terra, em uma região estigmatizada como “problemática” como, no caso, o sertão nordestino, onde as relações de dominação são as mais perversas, a lei do patrão, entre a opressão e a generosidade, era sempre arbitrária, posto que, por trás destas relações, desvenda-se a cortina do processo de ocupação e formação desta região, e onde o poder dos donos e os donos do poder confirmaram historicamente sua hegemonia.

Primeiro analisamos os Assentamentos de Reforma Agrária mostrando como estes se constituem os territórios de resistência camponesa. Os camponeses ao entrarem ou permanecerem na terra tem a possibilidade de formar outro território, onde possam reproduzir sua própria concepção de mundo, em que o sentido da terra não seja apenas do valor da renda, mas também o da reprodução da vida e assim entendemos que é uma fração do território camponês.

Em um segundo momento, analisamos a forma de organização da produção que é baseada em um modelo chamado misto, modelo este que é discutido entre os assentados que,

por sua vez, estabelecem normas de utilização das terras e de determinados equipamentos de forma coletiva, bem como possibilitam uma forma de trabalho individual e coletiva.

Lembramos que a família é base da produção, todos os membros da família se dedicam às atividades produtivas sincronizadas com a educação dos filhos. A necessidade de distribuição das tarefas entre a família visa manter o equilíbrio do sistema de produção, uma vez que, com o aumento da composição familiar necessita produzir mais para o seu sustento, bem , para a manutenção de cada atividade desenvolvida.

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Os assentamentos de Reforma Agrária constituem como território da resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido pelo capitalismo, que insiste na sua expropriação e desaparecimento, no entanto, estes têm na luta a garantia de sua resistência e existência. Por isso, assegura Oliveira (2005), que a formação dos assentamentos,

[...] deve ser entendida no seio do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo no território brasileiro. Um processo historicamente constituído, no qual a terra tem sido mantida como monopólio dos capitalistas e proprietários de terras, que a mantêm como reserva de valor e reserva patrimonial. Assim, em vez de ser terra de trabalho, tem servido para explorar o trabalho alheio, gerando renda para os proprietários e capitalistas rentistas (p. 190).

Nesse caso, aos camponeses resta a luta para entrar ou permanecer na terra e a possibilidade de formar outro território, onde possam reproduzir sua própria concepção de mundo, em que o sentido da terra não seja apenas do valor da renda, mas também o da reprodução da vida. Concordamos com Barbosa (1990), quando ressaltou que estava em jogo, nessa luta, “a luta pela reprodução de uma condição de vida assentada na autonomia, controle e administração do trabalho e do fruto do trabalho, como parte dos valores que compõem a ‘constelação de significados’ da condição camponesa.” (p. 28). Na verdade, é uma luta pela própria reprodução e manutenção da classe camponesa. Os camponeses resistem, criam estratégias para não se proletarizarem e, assim, resistirem à imposição do capital.

Nesse caso, podemos afirmar que a luta pela terra não é somente uma forma de expor a situação de exclusão do camponês, mas um modo de resistência aos processos de expropriação e exclusão do acesso à terra. Na resistência contra o processo de exclusão, “os trabalhadores criam uma forma política – para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra, portanto a luta pela terra é uma luta contra o capital. É a luta contra a expropriação e a exploração. (FERNANDES, 2000, p. 280).

É evidente que não basta só a conquista da terra, mas os camponeses podem usá-la como base de uma luta que venha desarticular a acumulação capitalista, refletida na própria concentração fundiária. Conforme Fernandes (2000), a conquista da terra, na instalação do assentamento, significa a continuidade da luta. “Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos frutos”.

Com a conquista do assentamento, as lutas não terminam, desdobram-se em outras, tanto dentro do assentamento, na luta para conquista de crédito, infraestrutura e demais condições para viabilizar a produção e a vida nos assentamentos, como escola para crianças e adultos, postos de saúde, associações, mas, também, para buscar a conquista de novas terras. Assim, concordamos com Feliciano (2006), ao lembrar que “o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa para o acesso à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social”. (p. 113).

Conforme já lembrou Oliveira (2003), “os assentamentos enquanto espaços de organização social e de formas diferenciadas de uso da terra, a partir do trabalho familiar, é um espaço de luta e de organização da unidade de produção e consumo camponês” (p. 78). Com efeito, podemos afirmar que os assentamentos são espaços da resistência, onde se organiza o território da expansão da agricultura camponesa, baseada no trabalho da família.

Esta “unidade não resulta, apenas, do trabalho familiar, mas da vivência comunitária fortalecida por interesses afins e histórias de vida em comum” (p. 78), pois viveram as mesmas condições e foram reféns dos mesmos processos de exclusão e subordinação. Neles, estão sendo semeadas a utopia camponesa, o acesso à terra, a liberdade de trabalhar, bem como a necessidade da reprodução da família, que se resume na conquista da terra. Isso é uma particularidade do camponês enquanto identidade: para ele não se pensa a terra sem se pensar a família e o trabalho.

Ao discutir essas três categorias, Woortmann Klass (1993) e Woortmann Ellen (1995) revelaram que, no mundo camponês, a família, a terra e o trabalho são pensados de forma associada. Portanto, pensar em trabalho é pensar em terra e em família. Nesse sentido, terra, trabalho e família são categorias que ordenam o mundo rural.

O trabalho, a família e a terra são valores que remetem a uma moral e, ao mesmo tempo, são categorias indissociáveis. A moral camponesa se realiza plenamente por meio do trabalho na terra, com a família. O trabalho, portanto, é dotado de significados que vão para além

de um mero gerador de renda, assumindo outra dimensão (Woortmann, 1990). É pelo trabalho na terra que a existência e a continuidade da família são garantidas.

Nesse processo, o assentamento também é território camponês em formação, pois, na medida em que os grupos de assentados foram definindo seus princípios de organização, as bases nas quais ocorreram as formas de trabalho na terra e outras formas de reprodução familiar, o espaço dos assentamentos foi/estão se transformando em frações de território dos camponeses assentados. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é outra lógica de organização do espaço geográfico, é a construção de um novo território. No latifúndio, a terra, enquanto mercadoria, foi instrumento de exploração do trabalho alheio. Já com a formação do assentamento, a terra passa a ter valor de uso, é lugar de realização do trabalho da família.

Sendo o território objeto de estudo da Geografia, entendemos que ele é construído a partir das relações sociais estabelecidas em um dado espaço. Para Raffestin (1993), “ao apropriar-se de um espaço concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” e “o território se forma a partir do espaço.” Neste sentido, analisar o território é entender as relações sociais que o determinam.

Na compreensão de Oliveira (1999), o território deve ser entendido como produto concreto da luta de classes travada no seio da sociedade capitalista. Portanto, é a

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. Dessa forma, São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *apriori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (p. 74).

Portanto, os assentamentos de Reforma Agrária conquistados pelos camponeses no processo de luta e resistência travada no interior da sociedade capitalista, contra a expropriação e pela reprodução da sua existência são, para Fernandes (1996), frações do território capitalista.

Assim, para este autor, “a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. O território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização, na espacialização da luta pela terra”. (p. 242). Ainda para esse autor, o processo de se conquistar mais frações é denominado de territorialização da luta pela terra.

A territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais [...] assim, a territorialização expressa concretamente o

resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar. (FERNANDES 1996 p. 241).

Almeida (2006), ao falar da territorialização da luta pela terra, está se referindo às frações do território conquistado pelos camponeses, em oposição à lógica de territorialização do capital monopolista. Assim sendo, “a territorialização camponesa não se resume na apropriação da terra, mas no conjunto de ações desencadeadas para este fim. A territorialização camponesa se dá pela criação e recriação, de forma que possam garantir a continuidade do grupo familiar” (p. 343).

Logo, os camponeses, ao se territorializarem, tomando posse de uma fração do território capitalista, impõem uma lógica de organização que se diferencia da lógica capitalista. Começa na forma de apropriação da terra, que se dá como uma apropriação das condições de trabalho, da terra, definidas pelas práticas sociais dos assentados, conforme lembrou Teófilo Filho (1995):

Há evidências de que, a partir desses assentamentos, está em curso um processo organizativo rico e complexo, sob o controle dos camponeses e de suas organizações, que apontam na direção de uma luta emancipatória, para além da disputa do excedente econômico. (p. 9).

Portanto, sendo essa fração do território camponês uma construção social, pressupõe outras relações, que se contrapõem ao uso da terra pelo latifundiário, seja com o espaço, pois cada família ocupa a terra que sua força de trabalho permite explorar, seja nas relações com os outros assentados, quando estabelecem relações de solidariedade, através do trabalho coletivo, além das relações desenvolvidas no que concerne ao trabalho, no seu próprio roçado, que são as chamadas “ajudas”, recorrentes na execução de determinados trabalhos que exigem muitos braços.

Tais trabalhos são “pagos” de várias maneiras, desde retribuições em espécie, trocas de serviços ou mutirões, que constituem formas de solidariedade, da mesma maneira como ocorre com os caipiras paulistas estudados por Cândido (2001, p. 161).

Vale ressaltar que, na maioria dos assentamentos no Ceará, a terra não é parcelada², pois ela é de propriedade comum da associação dos assentados. Conforme lembrou Alencar (2002),

[...] falar de parcelamento, demarcação de assentamento no Ceará é, no mínimo, complicado e desconhecido do concreto. Portanto, o uso e posse das terras nos assentamentos é simultaneamente individual e coletiva [...] Portanto, não existe lote. Nem parcelamento. Também, não é coletivo. É a chamada forma de exploração “mista”. É um modo singular e plural, simples e complexo, combinado e contraditório de uma forma de exploração adequada e sabiamente da terra (p. 5).

² Dos 391 assentamentos somente 22 estão parcelados.

Mesmo os assentamentos parcelados, no entanto, mantêm áreas de uso comum. O fato de ser ou não parcelado³ não significa que as práticas sociais sejam diferenciadas. Para Nascimento (1986) ter a posse da terra comum seria a luta pela libertação da própria terra, seria uma questão política. Asseguramos que a concepção de terra para o camponês é diferente da concepção capitalista. Isso ocorre porque, para o camponês, a terra tem sentido de reprodução do espaço e da vida familiar, tem o sentido de liberdade e autonomia. O assentamento é o local de trabalho e a conquista do assentamento é, portanto, a conquista da terra de trabalho, cujo objetivo é a reprodução da família, ou, mais do que isso, é o fim do cativo e da sujeição, é o território liberto.

Para Marques (1994), a relação do camponês com a terra, assim como sua organização da produção, não tem nenhuma lógica capitalista. Para ela,

[...] a posse da terra representa o controle sobre o processo do trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar. (p. 105).

No Ceará, a conquista da maioria dos assentamentos passou principalmente pela resistência de moradores contra a sua expulsão das terras e pela sua ocupação massiva⁴. Nesse caso, a luta pela terra e sua conquista possibilitaram a (re)construção do território camponês, pois os assentamentos são frações do território capitalista apropriados por esses camponeses.

A geografia dos assentamentos no Ceará, encontra-se, assim, distribuída: os assentamentos federais, de responsabilidade do INCRA, somam o total de 353; os assentamentos estaduais, de responsabilidade do IDACE, perfazem 37 e os assentamentos do projeto Banco da Terra⁵ apresentam um total de 400, perfazendo um total de 790 assentamentos.

Os assentamentos federais e estaduais totalizam 390 assentamentos, tendo-se uma população de 20.148 famílias assentadas, perfazendo uma área de 8.836, 36 Km²

³Devemos lembrar que a luta pela terra, ainda que não seja pela apropriação comum da terra, não deixa de infringir um golpe na organização do Estado Capitalista, no sentido de que a luta em si mesma é capaz de abalar o monopólio da terra.

⁴ Só lembrando que a utilização de ocupações com um dos instrumentos dessa luta generalizou-se no final dos anos 1980 com o surgimento do MST.

⁵ Vale ressaltar que os 400 assentamentos do Banco da Terra não foram selecionados para a nossa análise, porque esta pesquisa abrange os assentamentos oriundos da ocupação e da desapropriação por interesse social. Lembramos que são considerados como do Banco da Terra os imóveis provenientes de compra e venda da reforma agrária solidária do São José, Cédula da terra, Banco da Terra e o crédito fundiário. Embora esses imóveis provenientes desse programa sejam chamados pelo INCRA de assentamento, os estudiosos e o MST os consideram como mutuários.

(888.635,965 há), o que equivale a 6,02% do total de terras ocupadas pelos assentamentos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 1: Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará. Área territorializada pelos assentamentos e quantidade de famílias.

	Assentamentos Federais	Assentamentos Estaduais	Total
Projeto de Assentamentos	354	37	391
Nº de famílias	1.7075	643	17.718
Área (ha)	805.730,2863	28.506,6747	834.236,9610

Fonte: INCRA, IDACE, Dezembro de 2018. Org. DINIZ, Aldiva Sales.

Hoje, os assentamentos existentes no Ceará, em sua maioria, se encontram exatamente no Sertão. Segundo Alencar (2002),

A concentração dos assentamentos nos sertões cearense, não decorre do simples fato desta região corresponder a aproximadamente 70% do território do Estado. Está relacionada, principalmente, com: o processo de ocupação do território, a importância econômica, política e social, as lutas por terras, a escassez dos créditos rurais subsidiados, as estiagens periódicas, o empobrecimento dos solos e a “oferta” de terra pelos proprietários rurais. (p. 05).

Nesta área, destaca-se o município de Canindé, com o maior número de assentamentos, perfazendo um total de 43, equivalendo a 11% do total de assentamentos do estado. Em seguida, vem Santa Quitéria, com 22 assentamentos e, em terceiro lugar, está Quixeramobim, com 15 assentamentos. Talvez um dos motivos que tenha levado à concentração de assentamentos no sertão de Canindé e na região do Sertão Central tenha sido pelo fato de ter sido, neste município, o início do primeiro conflito ocorrido no Ceará. Foi neste município e nos municípios próximos que a pressão dos movimentos foi mais intensa. Também, é interessante destacar que a região do sertão central foi uma região de grande concentração fundiária e foi a maior produtora de algodão.

Assim, as medidas que resultaram na criação dos assentamentos, sob pressão dos movimentos dos camponeses, foram se concentrando nas áreas em que estes movimentos atuavam mais fortemente. Desta forma, a concentração dos assentamentos, nestas regiões, tem um sentido político, ou seja, é resultado da organização política camponesa que se materializa, através da conquista dessas frações de território capitalista e leva à sua territorialização.

Assim, a luta pela terra tem se enraizado e se territorializado em algumas áreas cearenses. Segundo afirmou Bombardi (2005), vê-se o movimento camponês não apenas existindo no plano organizacional, como territorializando-se, através dos assentamentos nos

estados e, ao mesmo tempo, extrapolando o âmbito “regional” ou dos estados, ganhando um caráter nacional ou mesmo internacional.

Conforme lembrou Heredia (2004), mesmo sendo os movimentos sociais o motor das desapropriações, isto não significa que eles atuaram com base em algum plano pré-estabelecido, pois eles atuam sob algumas configurações históricas das quais são prisioneiros. No caso do Ceará, estas configurações se apresentaram, principalmente, a partir da crise da produção do algodão, intensificada pela ocorrência de grandes secas e com o investimento na agropecuária.

Os assentamentos vêm, assim, possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída. Embora a criação dos assentamentos tenha implicado em alguma redistribuição fundiária, não chegou a alterar o quadro de concentração da terra. Do ponto de vista estritamente fundiário, percebemos que o impacto é reduzido mesmo em municípios de grande concentração de assentamentos, como é o caso de Canindé que pouco tem alterando os índices de concentração. Portanto, a atual estrutura fundiária do Ceará mantém-se fortemente concentrada

O Ceará, ao lado de Alagoas, foram os dois únicos Estados brasileiros que se contrapõem à tendência nacional do índice de GINI, acontecendo um aumento na concentração de terra, a partir de 1980; de 1985 a 1995, o GINI passou de 0,815 para 0,845, significando ser muito forte a concentração de terra. (GASQUES e CONCEIÇÃO citado por ALENCAR, 2002, p. 04).

. Outro fator que enfatizamos é que os moradores que enfrentaram o patrão, ao conquistar a terra de trabalho, se perceberam enquanto classe social e passaram a lutar pela conquista da cidadania e lutar pela autonomia dos assentados para serem reconhecidos como tal. Conforme Fernandes (1996), os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento da própria identidade. Os assentados se vêm como pessoas “livres” que gozam de liberdade. São homens e mulheres livres que realizam o sonho de ter a terra, se reconhecendo como uma categoria diferente.

O assentado é diferente por carregar para o assentamento toda uma história de luta pela posse e uso da terra de trabalho e cada assentamento contém em si sua especificidade histórica, cultural, ambiental, política, econômica e social. (ALENCAR, 2000, p. 90).

São homens e mulheres que vêm organizando formas diferenciadas na organização da produção, fazendo o contraponto para entender o assentamento como um processo histórico de conquista do chão de morada, sinônimo de terra conquistada, de terra livre.

Verificamos que, na organização dos assentamentos, há um elemento comum que são os laços de parentesco e a religiosidade. Assim é comum nas áreas de assentamentos, não

só o uso da palavra comunidade, mas também a divisão dos assentamentos em várias comunidades, onde cada comunidade é formada por parentes e compadres. Portanto, é comum entre os assentados/assentadas quando se referem ao lugar de moradia informar a comunidade a que pertencem e, depois, o nome do assentamento. Logo, a palavra comunidade, no entender de Marques (1994), evoca uma unidade espacial que, em nível social, corresponde ao grupo de vizinhança.

Nesse caso, podemos afirmar que a forma de se referir à comunidade reforça os laços de solidariedade, que se expressam de várias formas, principalmente, quando os camponeses empreendem uma iniciativa de defesa de seus interesses. Esta solidariedade foi possível verificar em muitos episódios da luta pela terra, bem como na forma de organização do assentando e na sua produção.

OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nos assentamentos do Ceará, existe uma forma de organização da produção que é baseada em um modelo chamado misto. Este modelo é discutido entre os assentados que, por sua vez, estabelecem normas de utilização das terras e de determinados equipamentos de forma coletiva, bem como possibilitam uma forma de trabalho individual e coletiva. Para o MST (1998, p. 14), “os grupos coletivos representam um passo à frente na organização da produção familiar, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva”.

Conforme lembrou Alencar (2000), esta opção “se dá através da votação. É um processo democrático muito utilizado nos assentamentos em áreas de reforma agrária, optando os assentados pelos modelos em que se combinam, articuladamente, o coletivo e o individual”. (p. 120 -121).

No trabalho individual, a família é base da produção, todos os membros da família se dedicam às atividades produtivas sincronizadas com a educação dos filhos. A necessidade de distribuição das tarefas entre a família visa manter o equilíbrio do sistema de produção, uma vez que, com o aumento da composição familiar, se necessita produzir mais para o seu sustento, bem como para a manutenção de cada atividade desenvolvida. Segundo Chayanov (1974), no sistema de produção, as famílias adotam suas estratégias, visando buscar o equilíbrio entre a necessidade da família e a rigidez do trabalho.

Gostaríamos de ressaltar que o trabalho familiar é uma das práticas mais antigas do modo de vida camponês, o que leva a afirmar que ele é uma forte personificação da identidade camponesa. Sobre isto, contribui Chayanov (1974),

La unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (p. 47).

A partir do trabalho, o camponês se realiza enquanto tal, ao mesmo tempo em que constitui um elo familiar. A mulher⁶ desempenha um papel importante nas tarefas domésticas e, em alguns casos, trabalha também do roçado. Também cabe às mulheres o cuidado com alguns animais domésticos.

O trabalho infantil segue modelo semelhante: um menino, entre 8 e 9 anos, já tem algumas atribuições definidas na atividade produtiva, seja no plantio, na colheita ou no cuidado com os animais. Conforme lembrou Simonetti (1999), um menino de 12 anos já faz um trabalho similar ao de um adulto, intercalando-o com as aulas já a menina, também, desde cedo, começa a assumir algumas tarefas domésticas, como também ajuda na roça, geralmente no período da colheita do feijão, conforme mostra o depoimento de uma assentada, falando sobre as atividades da família:

A filha estuda ai ela ajuda mais em casa, porque é dever demais pra fazer ai ela vai ajuda ajeitar as coisas ai, a preocupação dela já é de fazer aqueles dever pra quando for pra escola ta com a tarefa dela feita ai é um direito que a gente não pode empatar de jeito nenhum. [...] mas quando precisa colher o feijão rápido ai ela também vai pra roça. (MARIA DE FÁTIMA⁷).

Desde a infância, o trabalho integra a vida dos jovens camponeses, ou seja, desde cedo aprendem a trabalhar na terra. Este trabalho torna-se fundamental para garantir a sobrevivência da organização familiar. Para Sales (2003):

No mundo rural dos assentamentos, as crianças e os jovens trabalham para contribuir com a economia familiar, mas é também um período da vida em que estes se tornam aprendizes e adquirem um saber prático dos pais. No caso da roça, os rapazes participam de todas as etapas, enquanto as moças estão mais envolvidas no período da colheita. (p. 152).

No mundo camponês, as crianças, desde cedo, passam a ser aprendizes das atividades desenvolvidas no processo de produção agrícola, através de um conhecimento passado de pai para filho. O pai ensina aos filhos as técnicas necessárias para o cultivo bem como as maneiras de saber lidar com as adversidades da natureza. Por isso, desde cedo eles acompanham os pais.

⁶ A mulher geralmente acumula o trabalho agrícola com os serviços domésticos e a criação dos filhos.

⁷ Assentamento Vida Nova – Transval, Município de Canindé.

Esse fato não é visto pelos adultos, nem mesmo pelas crianças, como uma obrigação, mas como uma diversão, uma animação. Assim nos falou um assentado, se referindo ao trabalho das crianças: “ele não faz um trabalho esforçado, ele faz um trabalho leve pra aprender, é uma animação” (Osvaldo⁸). Ouvimos também vários depoimentos dos pais em que os filhos menores ficam chorando porque querem ir para roça com os pais. Já um jovem assentado⁹, hoje com 19 anos, nos falou que desde cedo sempre quis ir para a roça. Ele, desde a morte de seu pai, foi quem assumiu o trabalho da família. Vejamos esse outro depoimento.

meus filhos tudo trabalham, são acostumados a trabalhar e aprenderam comigo; não tem outra pessoa para ensinar eles senão eu. Vão para a roça desde pequeno, vão vendo e vão aprendendo já sabe fazer tudo tem umas partes que não sabem porque são novo mas pode aprender com a continuação eles vão aprender. (JOSÉ WILSON¹⁰).

O processo de passagem do conhecimento, ao longo de toda uma vida, é uma preparação para que o filho tenha independência e, no momento de formar a sua própria família, ou mesmo no momento em que o pai faltar, terá a experiência necessária para tocar o trabalho, como nos informou Francisco José¹¹: “A gente criança, aprendendo desde pequeno, aí vai crescendo e, quando tiver grande, já tem aprendido alguma coisa”.

Conforme lembrou Santos (1984), cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade:

Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo. (p.35).

O trabalho individual na realidade é o trabalho da família. A importância do trabalho familiar na unidade de produção camponesa já foi estudada por Shanin (1983), ainda no final do século XIX e início do século XX, quando analisou o campesinato russo. Para esse autor, a exploração familiar é a unidade básica da propriedade, produção, consumo e vida social campesina. Ressaltou, ainda, que a composição da família exerce influência na organização da unidade econômica, não só quantitativa, mas também qualitativamente. “Para el campesinato, el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en lamisma mesa o que han comido de lamisma olla.” (p. 32).

⁸ Assentamento Vida Nova / Transval, Município de Canindé.

⁹ Ronaldo, Assentamento Vida Nova / Transval, Município de Canindé.

¹⁰ Assentamento Terra Livre, Município de Canindé.

¹¹ Assentamento Vida Nova / Transval, Município de Canindé.

Nesse caso, Oliveira (2005), interpretou que pensar o trabalho familiar no campo é “entender o conjunto de relações de vizinhança que fazem uso da linguagem de parentesco presente na organização camponesa”. (p. 261).

Portanto, a família é o elemento central deste modo de vida, se torna o núcleo central da produção e do controle do estabelecimento produtivo. Observamos no cotidiano destes homens e mulheres, um modo de vida em que a família, ainda, está no centro das decisões e na divisão social. Assim, terra e família se tornam elementos centrais para pensarmos os desdobramentos das lutas camponesas e o sonho da conquista da terra.

O trabalho individual familiar, nas áreas de assentamentos do Ceará, está configurado em espaços da produção de auto-consumo (milho, feijão, batata-doce, jerimum, melancia e mandioca¹²), bem como no cultivo de pastagens como: capim, cana e palma para criação de animais, tais como gado de corte e, principalmente, para a produção de leite, criação de aves e caprinos.

A criação do gado, nos assentamentos analisados, está voltada basicamente para a produção de leite, em sua maioria destinada ao mercado e à alimentação das famílias, essa atividade representa a alternativa mais viável para gerar renda para os assentados. Verificamos que, além do rebanho bovino, os assentados também criam galinhas, capotes, porcos e ovelhas, os quais são de fundamental importância para a economia da unidade produtiva, principalmente por compor a base alimentar dos assentados, com a carne e os ovos e gordura para cozinhar. Como também servem para o sustento da despesa da família, quando alguns são vendidos para adquirirem outras mercadorias não produzidas no assentamento.

Conforme já referimos antes, a mão de obra familiar é a principal força nesta unidade produtiva, mas, em alguns assentamentos, vimos que o chefe de família contratou uma ou duas pessoas para ajudar nas tarefas da roça. Ao indagar o porquê dessa contratação, tivemos algumas explicações: porque não tinha filhos homens; porque o filho estava trabalhando na cidade e, em outra situação, era porque os filhos ainda eram pequenos.

Constatamos também que essas pessoas contratadas eram, na realidade, pessoas do próprio assentamento, ou seja, eram filhos de assentados que, conforme disse Pedro Miguel,¹³ “os filhos dos assentados precisam ganhar um tostão.” Gostaríamos de chamar atenção para o fato de que esse trabalho, mesmo sendo pago, é visto, por ambos, como uma

¹² A colheita da mandioca para produção da farinha é feita para alimentar a família. Em alguns casos há a venda do excedente para complementar a renda familiar.

¹³ Assentamento Maraquetá, Município de Quixeramobim.

ajuda, conforme afirma João Paulo¹⁴ “acho assim que é uma forma de tá trabalhando para ganhar alguma coisa, para ajudar em casa. Se tem alguém ali que já terminou o roçado e ele tá desocupado, se quiser ganhar uma diária ali para ajudar, fica melhor”.

Nota-se, que o chefe de família recorre ao trabalho assalariado para suprir a carência dos braços da família, quando são insuficientes para o trabalho na roça ou, conforme lembrou Chayanov (1974), quando o pico produtivo da família não está no auge da sua força de trabalho, ou seja, quando o “número de bocas para comer” é menor do que os de braços para trabalhar.¹⁵

A contratação de força de trabalho externa ocorre apenas para suprir a necessidade que a insuficiência de mão-de-obra acarreta em certos momentos. E, para não comprometer do bom desempenho da produção, tendo em vista o atraso na execução de algumas tarefas, algumas famílias se vêm obrigadas a contratar mão-de-obra.

Para Chayanov (1974), a família camponesa visa unicamente satisfazer suas necessidades em consonância com o gasto da força de trabalho, ou seja, a relação entre trabalho *versus* consumo passa pela satisfação das necessidades familiares quem tem seus limites na fadiga. O autor ressaltou que a família camponesa para imediatamente o sobretrabalho ao alcançar o equilíbrio trabalho-consumo, pois o objetivo é reproduzir-se como unidade de produção camponesa. Por outro lado, quando o número de pessoas na família é insuficiente para o trabalho na roça, a família contrata o trabalho assalariado temporário, como forma de complementar o trabalho da família.

Nesse caso, o assalariamento não caracteriza, evidentemente, uma relação capitalista, uma vez que o camponês vai utilizá-lo para suprir a carência da mão de obra familiar. Aqui, o uso de assalariado é predominantemente de caráter temporário e acontece para suprir a carência de mão de obra familiar. Segundo Santos (1978):

Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar [...] (p. 43).

¹⁴ Assentamento Terra Livre. Município de Canindé.

¹⁵ No que concerne à especificidade do campesinato envolve uma série de fatores. O primeiro deles é referente à estrutura familiar e ao ciclo biológico da mesma. Chayanov (1974), abordou essa questão extensivamente em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*. Há uma diferença de produção no interior da propriedade familiar de acordo com a capacidade de trabalho da família. Essa diferença está associada diretamente com o ciclo do desenvolvimento da família, que determina o maior ou menor número de braços para o trabalho que pode dispor uma família em determinado momento.

A respeito desse trabalho chamado de acessório por Oliveira (2001), Martins (2002) lembrou ser evidente que, em certos momentos especiais ou excepcionais no processo de produção, o camponês pode precisar de braços adicionais com urgência para evitar a perda do produto, o que não compromete o caráter camponês do trabalho na parcela agrícola. Para Oliveira (2001), esse trabalho é um elemento componente da produção camponesa.

Através do trabalho acessório, o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades. (p. 57).

Compreendendo dessa forma, Sigaud (1981) enfatiza que o trabalho assalariado é um recurso do qual o camponês se serve para suprir algum tipo de insuficiência da unidade camponesa e, ainda, afirma que,

se constitui em pressuposto de uma produção de tipo camponesa, isto é, baseada no trabalho familiar e visando atender as exigências de consumo e da família. No caso da pequena produção camponesa, o trabalho assalariado aparece sempre subordinado ao trabalho familiar [...] (p. 189).

Estes autores se opõem a Kautsky (1980), quando escreveu *A questão agrária*, ainda em 1899, apontou o trabalho assalariado, quando passa a existir para assegurar a reprodução da família, se constitui como um indicio de proletarização dos camponeses, diferindo do que ocorre na unidade campesina, onde o trabalho acessório é visto como um complemento de renda que ocorre quando necessário, bem como uma forma de complementar a mão de obra familiar. Nesse caso, o camponês tanto pode liberar membros de sua família como contratar outros camponeses, sem com isso perder a sua condição camponesa.

Nessa outra situação em que o camponês libera um ou alguns membros de sua família para o trabalho na cidade ocorre também como uma forma de reprodução camponesa, pois o assalariamento aqui serve para ajudar algumas despesas dentro da unidade familiar, contribuindo desta forma, para a reprodução camponesa.

Na unidade campesina o trabalho acessório é visto como um complemento de renda que ocorre quando necessário, bem como uma forma de complementar a mão de obra familiar. Nesse caso, o camponês tanto pode liberar membros de sua família como contratar outros camponeses, sem com isso perder a sua condição camponesa. Na situação em que o camponês libera membros de sua família para o trabalho na cidade ocorre também como uma forma de reprodução camponesa, o assalariamento aqui serve para ajudar algumas despesas dentro da unidade familiar, contribuindo desta forma, para a reprodução camponesa.

Já no que se refere ao trabalho coletivo, feito nas áreas em comum e em conjunto por todos os assentados, este trabalho é de responsabilidade de todos, conforme analisou Oliveira (2005):

O trabalho coletivo na terra tem sido fruto de consensos constituídos pelos camponeses. Desse modo, penso que o caráter coletivo tem sua eficiência sustentada por um pacto. Um pacto que é fruto da decisão em reunião, pela maioria, ou seja, democraticamente. Essa decisão tida como “lei de convivência” hoje tem sua continuidade centrada na unidade camponesa, no fim do cativo e da sujeição, na propriedade da terra e na melhoria da qualidade de vida dos camponeses. (p. 247).

Segundo os depoimentos dos assentados, o trabalho coletivo é feito nas benfeitorias do assentamento, como, por exemplo, na restauração das cercas; na criação de gado; nos cultivos das plantas de forragem como capim e palma; e no plantio de algumas culturas, geralmente as comerciais. de acordo com alguns depoimentos sobre esta questão:

Quando a gente precisa fazer um serviço a gente chama os outros lá. Quando é pra montar a cerca ou concertar a cerca do perímetro a gente faz todo mudo junto. Quando é pra fazer uma benfeitoria na área, todo mundo trabalha conjunto.

Tem os animais que foi comprado coletivo. E os individuais, o touro, por exemplo, é coletivo. Todo mundo cuida do touro. Ai é dividido tal período fica uma pessoa, tal outro período fica uma outra pessoa. Tem aquela cisterna grande de água que não ta funcionando agora é coletiva, tem alguns roçados de milho e feijão que são coletivos. Que no momento não ta tendo porque não tem chuva. (ANTÔNIO SOUZA¹⁶).

Aqui no nosso assentamento a gente trabalha muito a questão do coletivo, as vezes a gente deixa de fazer o serviço individual pra ta cuidando do coletivo. Mas na minha visão acho que nós tem que fazer isso, um assentamento que não tem trabalho coletivo praticamente não existe porque tudo que vem hoje do inca e coletivo, e tem essa visão do nosso coordenador também é preciso nos fazer para que os demais entendam a importância do coletivo. Existe o trabalho coletivo aqui existe os animais coletivo e a gente tem um projeto São José que também é coletivo a gente ta conseguindo fazer com que o pessoal entenda de fato a importância do trabalho coletivo.. (JOÃO PAULO¹⁷).

Já na produção existe um calendário, estabelecido em reunião, segundo o qual cada chefe de família tem que dar o seu dia de trabalho. Se por algum motivo, não puder comparecer na roça no dia marcado, fica devendo um dia de trabalho, ou pode mandar uma pessoa para fazer o seu trabalho. Sobre o funcionamento do trabalho na produção, eis algumas explicações:

[...] é marcada as diárias de serviço e todas as pessoas vão e aquilo serve pra todas. No caso da Palma, as pessoas da comunidade São Nicolau têm sua palma individual, mas quando é pra cuidar da palma tem os dias que é coletivo e tem os dias que é individual. Então todos eles têm parte nessa palma e quando é vendida a palma o dinheiro vai pra Associação esse dinheiro é usado em prol dessa Associação. Tem os roçados de milho que são coletivos quando é pra plantar.(CÍCERA).¹⁸

¹⁶ Idem

¹⁷ Assentamento Terra Livre, Município de Canindé.

¹⁸ Assentamento 25 de Maio, Município de Madalena.

Tem uma discussão, o horário de nós pegar o horário no trabalho coletivo a gente tem a norma de horário, começa as sete horas ou sete e quinze, também se chegar atrasado sete e meia já volta, paga o coletivo é quinze reais quem falta o coletivo, então quem atrasar quem não vier paga o dia. (JOÃO PAULO¹⁹).

O debate acerca das formas de produção coletiva tem origem nas discussões feitas pelos geógrafos anarquistas em meados do século XIX e início do século XX, quando fizeram uma crítica à sociedade capitalista. A respeito, Oliveira (2005) lembra que,

Numa posição crítica em relação ao estado, eles mostraram os interesses conflitantes entre as classes dominantes e o povo, contrariando o pensamento geográfico da época, muito comprometido com o poder do Estado. Eles fundamentaram uma visão de mundo com base na dialética e contribuíram significativamente para a discussão entorno das diferentes formas de propriedade da terra e diferentes formas de organização da sociedade utópica. (p. 243).

A autora ainda coloca que, no debate travado entres os anarquistas, surgem duas correntes de interpretação: A corrente anarquista coletivista, que teve, como maior representante, Mikhail Bakunin, e a corrente anarquista comunista de Piotr Kropotkin. No Brasil, essa discussão sobre as formas coletivas de produção surge no interior do MST e segundo afirmou Oliveira, tem a mesma ideia proposta pela corrente coletivista defendida por Bakunin.

Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local da moradia (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 100).

Nessa perspectiva, foram pensadas pelas lideranças do Movimento dos Sem Terra formas de produção coletiva, desde o estágio de acampamento, com sua posterior adaptação no assentamento. Nesse caso, Ribeiro (2008), ressalta que, com a ajuda de mediadores do MST é instalado um laboratório de campo, de duração média de aproximadamente um mês, com o objetivo de criar uma discussão visando definir os rumos para a formação da cooperativa (RIBEIRO, 2008, p. 10).

Contudo, muitos foram os camponeses que não conseguiram entrar ou que desistiram dessa lógica cooperativista. “Ressaltamos que o modelo de cooperativismo implantado nos assentamentos não tem sido aceito pela maioria dos assentados.” Nos assentamentos pesquisados, foi raro ver alguma cooperativa funcionando. A associação foi a forma de organização mais presente e é através dela que a prática do trabalho coletivo é organizada.

Mas o que verificamos, na maioria dos assentamentos pesquisados, foi que essa prática do trabalho coletivo, principalmente através da plantação das culturas comerciais, vem se

¹⁹ Assentamento Terra Livre, Município de Canindé.

modificando. Este fato acontece porque o trabalho coletivo apresenta dificuldades, como por exemplo o fato de que o coletivo aparece como algo imposto, já que todos têm obrigação de dar os dias de serviço. Conforme relatou Oliveira (2005), não há a liberdade de ficar sem dar o trabalho; caso alguém não possa ir, no dia marcado, precisa ser substituído ou ficar devendo um dia de serviço. Só há uma situação em que o assentado fica desobrigado de pagar a falta no trabalho coletivo, que é no caso de doença, ou seja, se faltar em caso de doença, ele não é apontado, ou seja, não tem que pagar outro dia, é dispensado; se não for caso de doença, leva falta.

O trabalho coletivo tem que dar um dia por semana aqui é toda segunda feira, a gente plantou quase 700 k de milho, o milho é vendido pra gente pagar uma conta que a gente tem... Se tiver doente não poder ir, se pessoal concordar, ele é apontado mesmo sem ir trabalhar. Se não for caso de doença leva falta quando for no final da safra se a pessoa não pagar antes de colher a safra aí é cortado no milho. O lucro do milho é dividido por todo mundo de forma igual, o lucro fica na associação pra pagar as contas "antes de a gente começar a pagar as contas é dividido.(FRANCISCO JOSÉ²⁰)

Se for porque fica doente, aí bota a presença e, se não tiver doente, bota falta; aí tem que pagar noutro dia." (ALUÍZIO ALVES²¹).

Ribeiro (2008), contribuindo com essa discussão, afirmou que a resistência em adotar o projeto coletivo se dá pelo fato de o assentado não poder decidir sozinho e, por isso pensa-se subordinado a um novo patrão, muitas vezes representado na figura dos administradores da cooperativa ou das lideranças. Essa autora afirma que, ao participar de uma cooperativa ou de uma associação, o núcleo decisório passa a não ser mais a família ou o chefe, mas um conjunto de trabalhadores que, juntos, passarão a decidir todos os processos da produção: o que plantar, como trabalhar a lavoura, como comercializar e como adquirir financiamentos. Com isso, o camponês não tem o completo domínio sobre o processo de produção, fato que o intimida.

Sendo assim, é importante investir na ideia do que representa para essas pessoas, agora assentadas, ter a posse da terra e trabalhar para si mesmo.

Assim, o assentado não se sente confortável quando se vê em uma situação em que não pode individualmente/familiarmente decidir o que plantar na terra e como comercializar sua produção. Em última instância, é possível pensar que na cabeça desse camponês a cooperativa o transforma em um trabalhador assalariado no campo, fazendo com que perca a noção de que é detentor daquele pedaço de chão e perca o prazer de possuí-lo e assim controlar o processo de produção como um todo. Isso é uma "violência" para os assentados que, que passam a ter hora marcada para trabalhar em suas próprias terras, sem possibilidade de escolha e decisão sobre seu tempo e trabalho. (RIBEIRO, 2008, p. 03).

²⁰ Assentamento Vida Nova – Transval, Município de Canindé.

²¹ Idem.

Outra dificuldade, revelada foi lidar com grupos grandes, e o resultado foi o desinteresse de alguns, mas ao serem indagados sobre o que achavam do trabalho coletivo, obtivemos as seguintes respostas:

Eu gosto não me sinto obrigado não, a gente trabalha quando ver que precisa, da minha parte não é obrigatório é porque precisa, se não trabalhar o assentamento não tem como se manter. É a mesma coisa da associação se a gente não pagar a associação não tem como a diretoria trabalhar ne?

É bom, de qualquer maneira sem o coletivo fica difícil as coisas de resolver né? O resultado do trabalho coletivo vai pra associação para pagar as dívidas de todo mundo. (ALUÍZIO ALVES²²)

Dessa forma, emerge um conjunto de conflitos centrados na esfera da produção, que se revela, mais claramente, no momento da repartir o resultado. Também é importante ressaltar que as diferentes tentativas de produções coletivas nos assentamentos pesquisados, os assentados, por mais que vejam sua importância, têm dificuldades de se organizarem coletivamente.

É importante destacar que a formação das associações também esteve associada à necessidade de uma maior articulação política dos assentados frente ao poder local, ao ser um meio para fortalecer suas reivindicações, e com isso os seus membros discutirem com os demais assentados a necessidade de união e a possibilidade de uma melhor gestão da produção nos assentamentos. Deste modo, podemos dizer que as associações organizadas pelos assentados têm a preocupação com o processo produtivo, mas sem perder o caráter reivindicatório.

O papel da associação é que o assentamento só vai pra frente se tiver ela né? O fundamental do assentamento é uma associação para encaminhar as coisas, o assentamento sem a associação não encaminha nada não. (ALUÍZIO ALVES²³).

A associação ela tem que existir porque um assentamento porque toda coisa que vem e através da associação. E pra a associação existir ela tem que ter sócio o trabalhador tem que se associar, também não é só o coordenador do assentamento também cada um tem que ter responsabilidade e ajudar a coordenar [...] Os assentados tem que se associar para que a associação exista. Os associados tem que ajudar na coordenação do processo de assentamento para dar certo. todos os associados participam das discussões da associação (JOÃO PAULO)²⁴.

A associação é importante porque o assentamento que não tem associação não vai pra frente nada, como tem muito por ai que não tem não existe o coletivo, as pessoas veve ai a vulso sem rumo . Aqui graças a Deus tem as pessoas se reúne, planeja coisas , ajuda trazer os projetos pro assentamento se der qualquer um problema no trato tem dinheiro pra reformar de novo (fica mais organizada e há mais a questão da sociabilidade (JOSÉ OSVALDO)²⁵).

²² Assentamento Vida Nova – Transval, Município de Canindé.

²³ Idem.

²⁴ Assentamento Terra Livre, Município de Canindé.

²⁵ Assentamento Vida Nova – Transval, Município de Canindé.

[...] se não for associação a gente não consegue nada, tudo que a gente vai fazer através de banco tudo é através da associação (ANTONIO JOSE²⁶).

Contribuindo com essa análise, Romano (1994), ao refletir sobre as relações de poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos, afirma que os conflitos existentes no interior dos assentamentos, principalmente entre os projetos propostos pelos mediadores e os anseios dos próprios assentados, derivam da incapacidade de os mediadores perceberem que os camponeses não compreendem o mundo a partir das categorias políticas e econômicas por eles empregadas. Deste modo, segundo o referido autor, os mediadores acabariam por desconsiderar ou mesmo desprezar que outros critérios (religiosos, morais, étnicos, de vizinhança, etc.) também orientam as formas de pensar e agir dos assentados. Em consequência, conforme este autor, as formas de organização econômica e política propostas por agentes externos ao grupo, quase sempre centradas em torno da coletivização e de uma concepção racionalizadora das relações sociais e da produção econômica, terminam por se tornarem estranhas aos assentados, cuja visão de mundo estaria baseada em outros princípios de organização social, marcadamente hierárquicos. Continuemos com as considerações do autor:

É uma tensão estrutural entre os dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o voluntarismo político dos mediadores tenta, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem igualitários na concepção igualitária dos mediadores. Por outro lado, as disposições, os hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses, que giram em torno do valor e da hierarquia, são reduzidos por grande número dos assentados. O conflito passa a ser permanente e a forma que assumem o processo de organização dos assentamentos nos diferentes estados muito tem a ver com a maneira, particular e dinâmica que os atores encontram de solucionar conjuntamente esse conflito. (p. 258).

A relação entre o individual e o coletivo vem se modificando de várias maneiras, e assim ganhando outras formas de articulação, sem que aponte para sua destruição. Na maioria das áreas, o trabalho coletivo, feito com todos os chefes de famílias em conjunto, perdeu mais a credibilidade, deixou de existir, pelo menos entre todas as famílias. Assim sendo, foram divididos em grupos²⁷, ganhando outras formas. O depoimento seguinte nos alerta para esta mudança, “[...] de primeiro era dois dias por semana, pra ficar mais fácil foi dividido em 4 grupo e cada um tem o seu coordenador.” (CECÍLIO²⁸).

²⁶ Idem.

²⁷ Notamos que um dos fatores fundamentais para a organização desses grupos tem a ver com os vínculos de amizade e companheirismo.

²⁸ Assentamento Maraquetá, Município de Quixeramobim.

Outra forma de articulação é a existência de grupos que se articulam em torno de uma atividade específica, como, por exemplo, o grupo de criação de galinhas, o grupo da horta, o grupo da apicultura, o grupo das doceiras, entre outros.

Devemos ressaltar que não queremos cair no erro de avaliar ou classificar qualquer um desses trabalhos como sendo o melhor ou o pior. Nesse caso, concordamos com Tófilo Filho (1995), quando afirmou que,

[...] transformar o individual em bom e o coletivo em mau como fazem certos ideólogos de direita ou ao contrário tomar o individual como mau e o coletivo como o bem, como as vezes consideram certos setores dogmáticos de esquerda, revela a mesma concepção de mundo e conduz a graves erros de avaliação e a indução aos seus modelos preferido. (p. 27).

O importante aqui é destacar que essas formas de organização do trabalho se constituem como uma estratégia de luta ou uma forma de resistência que os camponeses encontraram para permanecer na terra. Conforme lembrou Oliveira (2005), é uma luta travada entre a terra de trabalho contra a terra de exploração do trabalho alheio.

Outra coisa que gostaríamos de chamar a atenção é que o trabalho individual não se caracteriza como uma atitude individualista ou isolacionista dos camponeses, quem assim acredita desconhece a tradição dos camponeses voltada para a comunidade familiar e para os laços de vizinhanças já tão bem estudadas por Antonio Cândido (2001) em Parceiros do Rio Bonito.

Contribuindo com esse debate, Bogo recentemente afirmou que:

o suposto isolamento do camponês não se dá pelo viés individualista ou egocêntrico, mas sim, por uma necessidade, devido ao modo como detém a propriedade, produz e convive. Como tem a obrigação de traçar seus próprios projetos de produção, sente-se preso a eles em tempo integral, tornando-se administrador e executor ao mesmo tempo. Sua visão estratégica não está claramente delineada puramente como meta, mas num sentimento ou vontade de legar aos descendentes aquilo que edifica pelo trabalho. Atender aos anseios e necessidades das gerações futuras faz com que plante árvores frutíferas, preserve as reservas florestais, cuide da água doce etc. Além do mais, não pode ser egoísta um ser que é profundamente hospitaleiro em suas relações com os visitantes, na contribuição em produto ou serviços comunitários. (2008, p. 101 – 102).

Devemos também lembrar que o trabalho coletivo não começa com os assentamentos, não podemos esquecer de que Caldeirão e Canudos foram comunidades de resistência que desenvolveram formas de trabalho coletivo. Também é importante ressaltar que alguns assentados já desenvolveram essa forma de trabalho antes mesmo de se tornarem assentados. Entendemos que nesse universo camponês as soluções ora coletivas, ora individuais/familiares, não se chocam, pelo contrário, compõem o conjunto das relações sociais que são referências no mundo camponês.

Na produção dessas unidades camponesas, encontramos outras formas de cooperação de trabalho como, por exemplo, o mutirão. Esta é uma das formas de solidariedade das mais antigas existentes no campo brasileiro.

O mutirão ou troca de serviço é a forma mais simples de cooperação agrícola. Ele acontece ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes, para fazer capina, plantio, colheita, etc, promovendo a união entre essas pessoas. É uma forma bem simples de cooperação agrícola, porque não chega a existir a divisão social do trabalho, já que ele se constitui numa forma de realizar com rapidez o trabalho, para o qual os membros de determinada família não dispõem de toda força de trabalho suficiente (SILVA, 2004, p. 47).

Segundo Cândido (1992), é elemento integrante da sociabilidade do grupo, constituindo um dos pontos importantes da vida cultural, em que a “obrigação bilateral” é entendida como questão de decidir a unidade do grupo, inscrevendo-se como um valor mais de ordem moral do que econômica. Vejam através dos depoimentos como esta forma de trabalho aparece nas áreas de assentamentos:

A gente ajunta o povo o grupo e se tem uma cerca de 50 [...] a gente se ajunta pra fazer no dia ou junta 30 home 40 home ai vamo fazer aquela cerca é tipo um mutirão. (CECÍLIO RODRIGUES, Assentamento Maraquetá).

Quando a gente precisa fazer um serviço a gente chama os outros lá. Quanto é pra montar a cerca ou concertar a cerca do perímetro a gente faz todo mudo junto. Quando é pra fazer uma benfeitoria na área, todo mundo trabalha conjunto.

Este trabalho muitas vezes é confundido com o trabalho coletivo. Foi o que constatamos através de algumas falas.

Rapaz o coletivo aqui ta se acabando, mas a gente tem o coletivo quando vai pra cerca, pra remontar a cerca das mangas tem cerca, tem o coletivo sim mas cada qua tem seu pedaço ai pra [...] até a conta era coletiva mas tamo individual agora.

Outra prática encontrada nas áreas de assentamento foi a troca de dias de trabalho ou ajuda mútua. Onde os camponeses trocam dias de trabalho e se ajudam quando necessário sem caracterizar essa troca como uma troca mercantil. As trocas de dias de serviço como eles chamam, são recorrentes em determinados trabalhos que exigem muitos braços, no caso da broca, na limpa e principalmente na colheita do feijão. Com isso, conforme lembrou Paulino (2006), possibilita o equilíbrio da demanda por força de trabalho durante todo o ciclo agrícola, inclusive nos períodos de intensificação do trabalho.

A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no assentamento não reguladas por relações mercadológicas. Também encontramos outras formas de solidariedade, como no caso em que um assentado adoeceu exatamente no período do plantio e

todos do assentamento se juntaram em forma de mutirão e fizeram o plantio do assentado doente. Vejam os depoimentos.

E tem ajuda também, no dia que a pessoa não puder, como ele teve muito doente (se referindo ao marido) aí o pessoal foi quem plantaram o roçado dele comunidade vai e ajuda (MARIA DE FÁTIMA)²⁹.

aqui se torna melhor nos assentamentos porque já tem esse costume certo, quando uma pessoa necessita o pessoal se ajunta pra socorrer. Aqui é mais importante tem uma comunidade tem mais união né? Quando a pessoa ta sufocado com uma coisa que não pode resolver ela se junta e faz aquele trabalho da pessoa né? Eu fiquei muito agradecido, nesse dia que eu tava doente a negrada se juntaram aqui e foram plantar meu roçado acolá, plantaram uns nove quilo de milho, plantaram mamona plantaram tudo ainda terminaram cedo que era muita gente, né? Eu agradeço muito. (JOSÉ OSVALDO)³⁰.

Outra forma de sociabilidade encontrada nos assentamentos pesquisados foi a troca de dias de serviços por determinados produtos, isto é, o assentado que está precisando de algum produto procura o outro assentado que tenha uma maior quantidade armazenada, este sede o produto que será pago posteriormente através de dias de trabalho, vejamos o depoimento:

Eu não vendo não, [...] as vezes no verão quando o pessoal não tem vem atrás aqui eu dou cedo o feijão pra eles e ai eles me pagam em serviço no inverno. É digamos assim o feijão ta no preço de 60 reais o saco né? Ai eles vem atrás do saco ai eu vendo por 60 ai quando for no inverno ele vai me pagar no preço que tiver correndo a diária [...] Em vez de vender eu gasto ai fazendo esse negócio ai eu fico com o dinheiro guardado né? Se eu precisar de uma pessoa pra vim trabalhar comigo já tou com os dia ganho (ANTONIO JOSÉ)³¹.

Existe nesse caso um código de reciprocidade entre a venda do saco de feijão e os dias de serviço a ser pago equivalente ao valor da saca de feijão. Nesse caso o que vai determinar a quantidade de dias de serviço para pagar o equivalente ao valor da saca de feijão será o preço que estiver estabelecido à diária no momento de executar o serviço. Portanto, é o valor da diária que vai estabelecer quantos dias serão necessário para pagar a saca de feijão que no momento da compra custou 60, reais.

O assentamento se constitui um espaço de sociabilidade: aqui se trocam mudas e sementes, trocam experiências e conhecimentos, com vistas à potencialização dos recursos disponíveis.

Também verificamos diferentes usos da terra que se relacionam com as formas de sua apropriação pelos assentados. Nos assentamentos, mesmo nos parcelados, existe a área em que são feitos tanto o roçado individual como a área onde é realizado o trabalho coletivo. O

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Assentamento Vida Nova, Município de Canindé.

trabalho coletivo é feito com o plantio de culturas, geralmente comerciais, e também na criação de animais, principalmente o gado bovino.

Outra forma de apropriação da terra encontrada nos assentamentos é o uso comum das pastagens nas “terras soltas”. Aqui as cercas são usadas com a finalidade de proteger as plantações das invasões dos animais. Mesmo nos assentamentos em que foram parcelados, existe a prática de cercar somente a terra plantada, sendo a “manga” ou “terra solta” usada em comum para criação do gado, que geralmente é ali posto no período de chuvas ou no “inverno” segundo o nordestino. Vejamos o que falou o sr. Pedro Miguel³², “o gado fica na manga toda na solta né? No Inverno. Agora quando é no verão cada quá cuida do seu gado bota no seu lote na sua vazante [...] Agora no inverno a gente solta nas manga ai todo gado.

O uso comum da terra solta é uma prática que é feita no “inverno”, ou seja, no período chuvoso, sendo que, no “verão”, período seco, o gado volta para o roçado individual dos assentados.

O uso da “terra solta” no sertão era um costume existente entre os produtores do Nordeste, tanto os camponeses como os grandes fazendeiros. Esta é caracterizada pelo hábito de não cercar as áreas onde se colocava o gado. Assim sendo a pastagem era usada de forma comum entre os proprietários e os camponeses, permanecendo, então, a prática do uso comum das pastagens. Este costume se estabeleceu desde o processo de ocupação do sertão por meio da criação de gado, onde eram cercadas somente as áreas plantadas para evitar o avanço dos animais.

Essa prática foi se modificando com a modernização do latifúndio, que no Ceará ocorreu com a intensificação da pecuária. A pecuária se modernizou a partir da lógica da grande propriedade, com a criação extensiva. Essa modernização, segundo Lemenhe (1996), viabilizou as mudanças nas relações de trabalho no sertão, na medida em que possibilitavam o cercamento das terras, quebrando a antiga forma de apropriação que permitia o pastejo do gado nas terras soltas. Isto aconteceu porque o desenvolvimento do capitalismo no campo possibilitou o surgimento da propriedade privada da terra, passando a ser vista como mercadoria capaz de gerar renda fundiária. Neste contexto, os grandes proprietários avançaram com as cercas quebrando um código costumeiro existente no sertão nordestino desde os primeiros séculos de sua ocupação.

³² Assentamento Maraquetá, Município de Quixeramobim.

Almeida e Esterci (1977), ao estudarem o cercamento das pastagens comunais, no Ceará, colocaram que as regras do “antigo código” foram se transformando, diante das cercas que delimitam rigorosamente as propriedades, acentuando o seu caráter privado em detrimento da sua utilização comunal.

O sistema de uso comum da terra torna-se essencial entre os assentados, no sentido de estreitar vínculos, como, por exemplo, a cooperação. Quando o gado está na solta, há um costume entre cada assentado em dividir a tarefa de examinar o gado. Periodicamente, cada assentado observa todo o gado que está na solta e, quando algum animal adoece e não lhes pertence, cabe a ele avisar ao dono do animal. Conforme nos relatou “seu” Mário “O gado tá livre, né? Aí, eu conheço os daqui tudim, aí eu vou dou uma olhada em tudim, aí vai, outro olha do mesmo jeito. Se tiver algum problema eu aviso pro outro”.

Outro fato importante, nesse código costumeiro, é assegurar a criação do gado nas terras secas do sertão, garantindo, assim, a permanência na terra ou, melhor expressando, garantindo a estratégia do modo de vida camponês. Desse modo, o uso comunal de pastagens em ‘terras soltas’, no sertão, não é apenas uma prática que persiste, mas que se redefine à luz da reprodução camponesa.” (OLIVEIRA, 2005, p. 238).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem da grande maioria dos assentamentos do Ceará nasceu de um conflito ou disputa pela propriedade da terra entre proprietários e moradores de condição, com o uso da violência presente em vários casos. Nestes assentamentos, a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos próprios moradores, equivalendo a 50% dos assentamentos pesquisados. Em seguida, temos os assentamentos que resultaram de ocupações de terra, a partir da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), representando 40,90% do total pesquisado.

Para a conquista dos assentamentos os agricultores e agricultoras mobilizaram, lutaram, enfrentaram o patrão ou ocuparam, acamparam manifestaram, marcharam, ou seja, vivenciaram os momentos de enfrentamento, de acampamento, levando a participação comunitária exigida em cada momento, principalmente no momento de tomar decisões, foram importantes para mudar a forma de enxergar as relações a que estavam submetidos, o que os levou a identificar as contradições de classe.

O entendimento da importância da luta para a mudança da forma de ver e pensar o mundo está presente em várias ações na vida dos assentados e assentadas: nas celebrações de aniversário do assentamento, nas reuniões das associações, nas manifestações, nas participações nas marchas e nas ocupações de prédios públicos, voltando a aparecer nas declarações registradas, nos depoimentos, como ilustra esse depoimento:

Com a luta, a gente está aprendendo muita coisa, porque, antes da luta, quando, se a gente escutava a zuada de carro [...] a gente se escondia pra não falar [...] Aí, essas coisas, a gente tá aprendendo assim, né? Quando chega agora, a gente num tem mais aquela cisma, a gente conversa e pergunta, né? Se despertando, né? A gente tá se desenvolvendo mais. Mas, antes da luta, ninguém podia saber, ninguém tinha experiência com nada. Eu acho que esta encaminhamento toda que a gente tá tendo, foi da luta da terra. Com a luta da terra, foi que encaminhou tudo isso, que clareou a vista da gente, despertou o sentido da gente. Tudo isso foi a luta da terra [...] que a gente despertou [...] (CONCEIÇÃO³³).

Nossa vida mudou por causa da luta. Não foi por outra coisa não [...] parece que nós vivia com os ouvidos e os olhos tapados [...] A luz acendeu no meio de nós e aí, nós descobrimos aquilo que estou sentindo. (RITA).

Com esses depoimentos, fica claro esse movimento de despertar ou “clarear a vista” ou “destapar” os olhos e os ouvidos, a partir do momento que começaram a lutar pela terra, abrindo um caminho que leva ao desenvolvimento da consciência de classe. Poderíamos afirmar que, nesse processo de luta, esses camponeses tomaram consciência de classe e, aqui, lembramos Carvalho (2007), quando afirmou que é na prática das lutas de classe que a *classe para si* se desenvolve.

A própria experiência política de luta pela terra gerou um aprendizado sobre a importância da organização, da mobilização, também, para permanecer na terra, leva a perceber a expressão de uma vontade de classe, decorrendo, daí, a afirmação como classe social.

Assim sendo, no cotidiano dos assentamentos, diferentes formas de organizações voltadas para a produção são criadas e recriadas, a partir das dificuldades e necessidades encontradas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos, o que já distingue essa classe, pois o campesinato exercita um modo de ser e de viver diferenciado da ordem capitalista.

Não queremos, com isso, dizer que a lógica camponesa os coloca fora do sistema produtivo capitalista; vale esclarecer que apenas a lógica produtiva se difere. No entanto, essa é uma luta para superar as relações de dominação engendradas no processo de acumulação de capital, que explora, expropria e nega o modo de viver e de produzir camponês.

³³ Depoimento retirado do livro, História na mão: algumas camponesas contam como se conscientizaram. Organizado por Maria Alice McCabe.

As sociabilidades vivenciadas e a presença da força de trabalho familiar no processo de trabalho camponês são intensas, mesmo que as atividades sejam mediadas por tecnologias e equipamentos que ampliam a produtividade do trabalho, conforme nos lembrou Carvalho (2007),

é indispensável para garantir as subjetividades fundamentais que fazem parte dos interesses gerais do campesinato como classe social. Essas subjetividades não se revelam na dimensão econômica percebida sob o olhar capitalista, este predominantemente centrado na mercantilização e na busca incessante de lucros. (p. 24).

Essas subjetividades desenvolvidas no cotidiano dos assentados e assentadas tendem a serem negadas porque o pressuposto ideológico dessa sociedade de classe é desconsiderar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas do campesinato como classe social.

As questões até aqui apresentadas permitem afirmar que, por maior que sejam as dificuldades dos camponeses para permanecer na terra conquistada, para muitas dessas famílias o acesso à terra representou a superação da dificuldade em atender as mais básicas necessidades do ser humano como casa, comida e trabalho. Portanto, podemos afirmar que apesar das diferentes trajetórias de vida e de luta, os assentados e assentadas têm conseguido se organizar nos assentamentos do Ceará, procurando realizar o sonho de ter uma vida melhor do que aquela vivida antes de conquista da terra. Enfim, “por menor que seja a possibilidade de auferir renda monetária, para muitas famílias, o acesso à terra representa a superação da marginalização urbana”. (PAULINO, 2006, p. 348).

Para finalizar, gostaríamos de afirmar que apesar das inúmeras dificuldades e obstáculos enfrentados por estes camponeses/assentados, principalmente no que se refere à viabilização da produção, eles manifestam ânimo e disposição de luta, ou seja, continuam firmes no propósito de encontrar soluções em vistas de um futuro melhor, não abrindo mão de continuar na terra. Ressaltamos que essa condição, além de demarcar as contradições entre os interesses das classes em contradição, demarca também, a presença do campesinato se contrapondo à tese de seu desaparecimento.

Isso mostra o caráter de resistência dessas lutas sociais camponesas contra a exclusão social exercida pelas práticas econômicas do capitalismo, contribuindo para o aumento da consciência de classe camponesa, consciência de classe que demarca a afirmação do modo de ser e de viver camponeses, e que o diferencia das demais classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Francisco Amaro de. **Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos de reforma agrária: O caso do sertão do Ceará**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.
- _____. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e ETERCI, Neide. **Terras soltas e o avanço da cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense**. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Volume II. Rio de Janeiro. MN/UFRJ/IPEA, (s.n.). 1977.
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: Da terra de ninguém à terra dos homens: experiências, lutas e representações dos posseiros da Serra da Ibiapaba-ce**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, Coleção Espírito Crítico, 2001.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária: (A lei de revisão agrária em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2005
- CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HEREDIA, Beatriz, LEITE, Sergio, (et al.). **Impactos nos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **MST formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: vozes, 2002.
- MST/CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Formação nº 05**, São Paulo: Concrab, 1998.
- _____. Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos. **Cartilha de apoio I**. São Paulo: MST, 2008.
- NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra liberta? (a luta pela desapropriação da fazenda monte castelo – Quixadá – Ceará)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. :A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. : A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n 43 (2001) São Paulo: IEA, 2001.

- OLIVEIRA, Maria Alexandra de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2005.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Suzana Lopes. Salgado. **Trabalho coletivo feminino: possibilidades de mudança no campo**. WWW. Acessado novembro de 2008.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. SP: Ed. UNESP, 1994.
- SALES, Celecina de Maria V. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza: UFC, 2003.
- SHANIN, Teodor. **La classe incómoda**. Sociologia política Del campesinato em uma sociedade em desarrollo. (*Rusia 1910 – 1925*). Trad. TAPIA, Fernando Andrada. Madrid: Alianza Editorial, 1983
- SIGAUD, Lygia. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. In: **Anuário Antropológico**. Nº 79. Rio de Janeiro: 1981.
- SILVA, Lenira Rique da. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de batayporã/ms**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2004.
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **Alonga caminhada: a (re)construção do território camponês em promessa**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 1999.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação PercecuAbramo, 1999.
- TEÓFILO FILHO, F. Edson. **Assentamentos da reforma agrária, agricultura familiar e exclusão social**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1995.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres – Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste**. São Paulo – Brasília: Hucitec – Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia (o campesinato como ordem moral). In: **Anuário Antropológico**. Nº 87. Brasília: Editora Unb/Tempo brasileiro, 1993.